

04

# A CONSTRUÇÃO DE NOVOS SISTEMAS AGROALIMENTARES. LUTAS E DESAFIOS

*Isabel Álvarez*

**Isabel Álvarez** é responsável por acção política na **URGENCI**, a Rede Global de Agricultura Sustentada pela Comunidade.

*“Os mercados globais, onde os alimentos são reduzidos a uma mercadoria especulativa como qualquer outra, têm mostrado que, longe de resolverem os problemas urgentes da fome e da desnutrição, os agravam cada vez mais”*

Parece desnecessário dizê-lo, dadas as evidências, mas convém sempre lembrar que vivemos num contexto de crise global, num cenário que podemos classificar como perverso. A globalização, nascida há algumas décadas e aprofundada exponencialmente nos últimos 15 anos, tem-nos levado a um mundo onde vivem oficialmente 795 milhões de pessoas famintas<sup>1</sup> (além de muitas outras que não aparecem nos números) com problemas decorrentes da desnutrição nunca antes observados. Tudo isto num contexto em que já foi ultrapassado o pico do petróleo,<sup>2</sup> pedra angular do sistema, e num momento de total dependência energética, no qual parece ter sido esquecida a noção de que o planeta Terra tem limites.

#### Agradecimentos

Agradecimentos especiais a Antonio González (Movimento Agroecológico da América Latina e das Caraíbas, MAELA) e Emily Mattheisen (FIAN Internacional) pelo seu apoio na revisão deste artigo.

#### Foto

Mulheres em mercado local de alimentos (Essakane, Burkina Faso, 2011). Foto de Florence Kroff/FIAN Internacional.

- 1 FAO, IFAD and WFP. *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2015. Cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 en relación con el hambre: balance de los desiguales progresos*. Roma: FAO, 2015. Disponível em: [www.fao.org/3/aa5e776-edc8-4423-aae3-88bf73b3c77c/i4646s.pdf](http://www.fao.org/3/aa5e776-edc8-4423-aae3-88bf73b3c77c/i4646s.pdf).
- 2 Ramón Fernández Durán e Luis Gonzalez Reyes. *En la Espiral de la Energía*. Libros en Acción, 2014
- 3 Max-Neef, Manfred A, Antonio Elizalde e Martín Hopenhayn. *Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Barcelona: Icaria Editorial, 2014.
- 4 Para mais informações, veja: Rundall, Patti. “O ‘negócio da má-nutrição’: o encobrimento perfeito para as grandes empresas de produtos alimentares.” *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2015): 24–28. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/node/59](http://www.righttofoodandnutrition.org/node/59).

Todo este cenário não parece augurar nada de bom à escala planetária para os próximos anos. O futuro certamente dependerá da capacidade de resposta e articulação dos movimentos populares. O modelo de desenvolvimento dominante no último século cria pessoas famintas tanto de alimentos como de humanidade, uma vez que converte sujeitos em objetos, considerando-os apenas como mais uma mercadoria a ser negociada para a obtenção de lucros cada vez maiores. A cidadania não é vista como um conjunto de pessoas com necessidades<sup>3</sup> e direitos, mas como um possível nicho de mercado ao qual podem ser oferecidas mercadorias de diferentes tipos; assim, o que já aconteceu com os bens naturais comuns, como a água, a terra ou as sementes, reduzidos hoje a recursos extrativos, ocorre atualmente com as pessoas, que passam a ser vistas como um mero recurso humano ao serviço do mercado. Neste contexto, quando falamos de alimentação, é fundamental construir uma narrativa baseada nas necessidades reais associadas aos direitos dos povos e nas repercussões deste sistema perverso tanto para os povos como para a sua morada, o planeta Terra.

## OS MERCADOS TERRITORIAIS, FERRAMENTAS DE RESISTÊNCIA

Atualmente, com o objetivo de transformar os sistemas alimentares nas instituições globais, a cidadania luta para recordar que, acima de tudo, os povos são compostos por pessoas, que são sujeitos de direito. Isto é fundamental num momento em que o discurso das “diversas partes interessadas” coloca em nível idêntico as reivindicações cidadãs e as necessidades de lucro das empresas do agronegócio. Esta perspetiva não é admissível do ponto de vista dos direitos humanos; no entanto, vemos este discurso propagar-se como uma mancha e começar a penetrar em diferentes níveis. É claro que o desafio de alimentar o mundo deve ser abordado com todas as partes envolvidas, mas, em primeiro lugar, é preciso identificar as verdadeiras causas da fome e da desnutrição, e não apenas aliviar os seus sintomas. Essa visão reducionista é a que faz com que alguns dos grandes responsáveis pelas causas do problema sejam agora incumbidos de conceber as suas soluções, enquanto lucram com isso.<sup>4</sup>

Neste contexto, é preciso dar visibilidade às populações camponesas, pescadoras e pastoras, que produzem atualmente 70% dos alimentos consumidos em todo o mundo, bem como preservar as suas formas de produção, que pouco ou

nada têm a ver com as que são impostas pelo mercado globalizado. A produção de pequena escala não pode, nem quer, entrar nesse mercado, já que o simples facto de o considerar significaria, na prática, o seu desaparecimento. Os mercados globais, onde os alimentos são reduzidos a uma mercadoria especulativa como qualquer outra, têm mostrado que, longe de resolverem os problemas urgentes da fome e da desnutrição, os agravam cada vez mais. Já os outros mercados, chamados “territoriais”,<sup>5</sup> são os que contam com menor visibilidade, apesar de serem os únicos realmente capazes de fornecer alimentos saudáveis e nutritivos à população. Assim, podemos dizer que, em 2017, é possível quantificar o grau de globalização económica de um país segundo as taxas de doenças associadas à má alimentação.<sup>6</sup>

No discurso que acompanha o modelo globalizado, um dos mantras mais utilizados é o da liberdade de escolha da população consumidora. Faz-se crer que este sistema global aumenta a capacidade de escolha no consumo diário. Neste contexto, é importante sublinhar que, ao contrário do que possa parecer, na fórmula global, o exercício da cidadania não pode ser equiparado ao consumo. A maior parte da legislação existente em matéria de direitos da população consumidora apenas reconhece como tal no momento em que realiza uma troca monetária por um bem; assim, todas as pessoas que têm acesso a alimentos por outros meios, como a permuta, os refeitórios sociais ou a ajuda alimentar, carecem de direitos neste contexto, uma vez que não fizeram uma contribuição monetária. Este facto é crucial, dado que reduz o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas a uma mera gestão quantitativa de mercadorias para encher estômagos, sem considerar a sua qualidade ou o seu valor nutricional. A definição de segurança alimentar reforça esta ideia, uma vez que reduz a alimentação a meros indicadores quantitativos; por esta razão, a soberania alimentar<sup>7</sup> é o princípio norteador das reivindicações das organizações da sociedade civil.

## NUTRIÇÃO: UM TERMO DE LUTA POLÍTICA

Neste momento, poderíamos pensar que surge uma nova oportunidade por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com a declaração, em 2016, da chamada Década de Ação da ONU sobre Nutrição, dez anos nos quais, em teoria, se propõe que a nutrição seja um ponto fundamental que os Estados devem abordar em conjunto com a sociedade civil. A este respeito, podemos dizer que, até ao momento, não vemos esta Década com muito otimismo. Como mencionado anteriormente, a abordagem consiste em trabalhar com as várias partes interessadas, constatando-se que as falsas soluções propostas pelo agronegócio ainda têm grande peso nos documentos e reuniões iniciais. O maior problema, do ponto de vista da sociedade civil, é que a nutrição não é abordada com uma visão holística, nem sob a perspetiva dos direitos humanos.<sup>8</sup> É tratada a partir de indicadores quantitativos, contornando todo o contexto que acompanha a alimentação: modelos de produção, água, terra, biodiversidade, energia, contexto cultural, direitos das mulheres... Tudo isto é negligenciado e, conseqüentemente, falamos de falsas soluções para a fome e para a desnutrição, como, por exemplo, suplementos nutricionais ou alimentos fortificados.

Não nos cansaremos de repetir que nada disso é necessário num mundo em que a produção atual é suficiente para alimentar 150% da população, que a fome é um problema político, e não técnico, e que deve ser abordada sob a perspetiva dos direitos humanos, em que o direito à alimentação não pode ser isolado dos demais direitos.<sup>9</sup>

5 Termo utilizado pelo Mecanismo da Sociedade Civil (MSC) no Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA), em Roma, durante a negociação no grupo de trabalho sobre vinculação dos produtores de pequena escala aos mercados. No seguimento deste processo, o grupo editou um guia no qual está incluído o desenvolvimento do conceito, bem como estudos de caso que podem ajudar as organizações no seu trabalho de ação política. O guia está disponível em: [www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2016/10/Espanol-CONNECTING-SMALLHOLDERS-TO-MARKETS.pdf](http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2016/10/Espanol-CONNECTING-SMALLHOLDERS-TO-MARKETS.pdf). O processo de trabalho do grupo, bem como todos os documentos elaborados, estão disponíveis em: [www.csm4cfs.org/es/working-groups/connecting-smallholders-to-markets/](http://www.csm4cfs.org/es/working-groups/connecting-smallholders-to-markets/).

6 No caso do México, por exemplo, observou-se que o aumento do excesso de peso e de doenças como diabetes se agravou nas últimas duas décadas, “coincidindo com a entrada em vigor do Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA), que permite a importação em massa de produtos ultraprocessados com elevado teor de açúcar, gordura e sal e baixo teor de fibra”. No mesmo período, fomentaram-se “a presença e os investimentos das grandes empresas de alimentos, que multiplicaram a sua influência e as suas vendas”. Cedeño, Marcos Arana e Xaviera Cabada. “As políticas de nutrição como reféns das transnacionais e os conflitos de interesse: a epidemia de obesidade e diabetes no México.” *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2015): 77–78. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/pt/node/69](http://www.righttofoodandnutrition.org/pt/node/69).

7 A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, bem como o direito a decidir sobre o seu próprio sistema alimentar e produtivo. *Declaração de Nyéléni*. Nyéléni, Mali, 2007. Disponível em: [www.cidac.pt/files/5514/2539/9126/Declaracao\\_de\\_Nyeleni.pdf](http://www.cidac.pt/files/5514/2539/9126/Declaracao_de_Nyeleni.pdf).

8 Os documentos do Grupo de Trabalho do MSC sobre nutrição estão disponíveis em: [www.csm4cfs.org/es/working-groups/nutrition/](http://www.csm4cfs.org/es/working-groups/nutrition/).

9 Para mais informações, veja: Valente, Flavio L. S. “A apropriação corporativa da governança alimentar e nutricional: ameaça aos direitos humanos e à soberania dos povos.” *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2015): 15–21. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/pt/node/58](http://www.righttofoodandnutrition.org/pt/node/58).

Embora tenha sido possível incorporar a agroecologia<sup>10</sup> em diversos documentos da FAO, para que este conceito seja incluído é preciso colocá-lo ao mesmo nível da chamada agricultura inteligente face ao clima, promovida pelo setor privado.<sup>11</sup> Ora, sabemos que a coexistência entre ambas é absolutamente impossível, já que a sobrevivência do agronegócio passa necessariamente pelo desaparecimento da produção camponesa. Neste momento, são inúteis os compromissos pela metade feitos pelos Estados ou a tentativa de agradar a todas as partes: a prioridade deve ser dada aos direitos e às necessidades humanas, não empresariais.

## UM NOVO CENÁRIO: O PLANETA URBANO

Associado ao que já foi dito, não podemos esquecer que tudo ocorre num momento em que mais da metade da população mundial vive em ambientes urbanos. O modelo de desenvolvimento marcado pelos estratos sociais mundiais prioriza o desenvolvimento de cidades, unidades de reprodução do próprio sistema. Não podemos, assim, negligenciar que as cidades são entidades absolutamente dependentes do resto do território, especialmente no plano alimentar. Além disso, a sua expansão depende da ocupação de territórios previamente ocupados por terras agrícolas, bem como da apropriação de mão-de-obra proveniente do meio rural, tanto do próprio Estado como de outros mais desfavorecidos.<sup>12</sup> Isto provoca situações graves de pobreza e fome nas periferias das próprias cidades, onde vivem essencialmente populações migrantes, além de tornar a fome um problema já não dos países do Sul, mas sim das cidades, que ficam, elas próprias, divididas em Norte e Sul. Como exemplo, podemos citar a esperança de vida no Bronx (Nova Iorque, EUA), que é menor do que a do Bangladesh,<sup>13</sup> ou cidades como Glasgow (Escócia), onde a diferença da esperança de vida de pessoas que vivem em bairros ricos e pobres chega a 30 anos.<sup>14</sup>

Tudo isto tem levado ao aparecimento de várias iniciativas que visam pensar a alimentação nas cidades sob uma perspetiva mais sustentável, como é o caso do Pacto de Milão, assinado em outubro de 2015. Porém, para que estas iniciativas promovam verdadeiras mudanças, deverão adotar abordagens holísticas dentro da cidade e repensar a própria cidade em todas as suas dimensões, da alimentar à urbanística, bem como o modelo social promovido na maioria dos grandes conglomerados urbanos. Hoje, o individualismo apoderou-se das populações das cidades. Para criar novas construções será necessário recuperar o olhar coletivo e comunitário, uma vez que se nos pautarmos pelo minúsculo ego de cada pessoa, acabaremos por nos perder numa imensidão que vai muito para além de nós. Para isto, estão a ser criados diferentes modelos que procuram formas mais inclusivas de governança alimentar,<sup>15</sup> tais como os conselhos alimentares, que trabalham com uma visão intersetorial para construir novas alternativas. Contudo, não existem receitas prontas: cada contexto deve encontrar as suas próprias fórmulas, baseadas nas perspetivas da participação e da inclusão social.

## AS MULHERES COMO PILAR DOS SISTEMAS ALIMENTARES

Nestas novas alternativas, não podemos deixar de realçar as pessoas que, durante séculos, têm sustentado a alimentação e a vida das pessoas: as mulheres. As mulheres são o pilar dos sistemas alimentares, tanto pelo seu papel de camponesas, guardiãs das sementes e dos saberes, como pelo de cuidadoras, papel oriundo da visão patriarcal da divisão sexual do trabalho.<sup>16</sup> Historicamente, as mulheres alimentaram

- 10 Para mais informações, veja: Campeau, Christine. "La agroecología, una forma alternativa de asegurar la seguridad alimentaria." *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2013): 32–33. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/files/Watch\\_2013\\_Full\\_Watch\\_SPA.pdf#page=32](http://www.righttofoodandnutrition.org/files/Watch_2013_Full_Watch_SPA.pdf#page=32).
- 11 Para mais informações, veja: Cedeño, Marcos Arana. "Respuestas a los desafíos ligados al cambio climático para la producción de alimentos: fortalecer la resiliencia o aumentar la dependencia." *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2014): 51–54. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/files/Observatorio\\_2014.pdf#page=51](http://www.righttofoodandnutrition.org/files/Observatorio_2014.pdf#page=51).
- 12 Para mais informações, veja: Forster, Thomas e Emily Mattheisen. "Sistemas alimentares territoriais: proteger o ambiente rural e localizar a responsabilização pelos direitos humanos." *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2016): 38–42. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/pt/node/132](http://www.righttofoodandnutrition.org/pt/node/132).
- 13 Petras, James F. *New-York fait éclater le mythe de la société post-industrielle*. Le Monde Diplomatique, abril de 2012. Disponível em: [www.monde-diplomatique.fr/1992/04/PETRAS/44315](http://www.monde-diplomatique.fr/1992/04/PETRAS/44315).
- 14 VSF Justicia Alimentaria Global. *Viaje al centro de la alimentación que nos enferma*. Barcelona: VSF Justicia Alimentaria Global, 2016. Disponível em: [vsf.org.es/sites/default/files/campaign/informe\\_dameveneno.pdf](http://vsf.org.es/sites/default/files/campaign/informe_dameveneno.pdf).
- 15 Um exemplo a ser destacado é o Conselho para a Política Alimentar de Detroit, no estado de Michigan, EUA, que reserva seis dos seus 21 lugares a residentes das comunidades de base. Para mais informações, veja: Yakini, Malik. "De baixo para cima: a construção do Conselho para a Política Alimentar de Detroit", *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2016): 44–46. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/sites/www.righttofoodandnutrition.org/files/R\\_t\\_F\\_a\\_N\\_Watch\\_2016\\_PORT\\_WEB.pdf#page=44](http://www.righttofoodandnutrition.org/sites/www.righttofoodandnutrition.org/files/R_t_F_a_N_Watch_2016_PORT_WEB.pdf#page=44).
- 16 Para mais informações, veja o artigo "Da abordagem mercantil à centralidade da vida, uma mudança urgente para as mulheres" nesta edição do *Observatório do direito à alimentação e à nutrição*.

- 17 Para mais informações, veja: Córdova M., Denise e Flávio L. S. Valente. "La interdependencia y la indivisibilidad del derecho a una alimentación adecuada y a la nutrición, y de los derechos sexuales y reproductivos de la mujer." *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2014): 36–37. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/files/Observatorio\\_2014.pdf#page=36](http://www.righttofoodandnutrition.org/files/Observatorio_2014.pdf#page=36).
- 18 Um exemplo interessante a ser destacado é a Convergência Global das lutas pela terra e pela água, nascida em 2014 durante o Fórum Social Africano de Dakar. A Convergência tem como objetivo construir um movimento forte e unido de defesa dos direitos à terra, à água e às sementes. Para mais informações, veja: Koné, Massa e Chantal Jacovetti. "A Convergência Global das lutas pela terra e pela água na África Ocidental: a construção de um povo forte e unido." *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2016): 54–56. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/pt/node/134](http://www.righttofoodandnutrition.org/pt/node/134).
- 19 Fred Wesonga é Diretor do Instituto Técnico e Centro de Referência Veterinário IGAD Sheikh (ISTVS). Haileselassie Ghebremariam é Chefe de Departamento do programa de graduação em Economia das Terras Áridas e Gestão de Ecossistemas Agrários (DEAM) no ISTVS. O ISTVS é uma instituição regional situada em Sheikh, nos planaltos da região do Saaxil (Somalilândia). O seu objetivo é promover a oferta de pessoal técnico e profissional e facilitar a formação de redes regionais da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) para reforçar a resiliência e melhorar os meios de subsistência das comunidades pastoras e agropastoras, utilizando assim todo o potencial das terras áridas e semiáridas do Corno de África. Agradecimentos especiais a Lucy Wood, Paola De Meo (Terra Nuvoa) e Nora McKeon (International University College de Turim, Universidade Roma 3 e Terra Nuvoa) pelo seu apoio na revisão deste texto.
- 20 Wesonga, Fred, Haileselassie Ghebremariam e Abdurahman Bare Dubad. *Milk marketing in Somaliland: A case study for the Hargeisa and Wajaale urban-rural milk supply chain*. ISTVS/IGAD, março de 2016. Disponível em: [drive.google.com/file/d/0B8k9Dj78FdL9ZGxrNURxVFRxVmc/view](https://drive.google.com/file/d/0B8k9Dj78FdL9ZGxrNURxVFRxVmc/view). Para mais informações, veja: Food Security Nutrition Analysis Unit (FSNAU). *Market Data Update October 2015–November 20, 2015*; e *District Participatory Planning and Budgeting Process. District Development Framework*. Hargeisa: 2010. Disponível em: [www.scribd.com/document/168354053/Documents-DDFs-DDF-Hargeisa](http://www.scribd.com/document/168354053/Documents-DDFs-DDF-Hargeisa).
- 21 Ministério do Planeamento e Coordenação Nacional. *Somaliland in Figures 2004*. Hargeisa: 2004. Disponível em: [www.somalilandlaw.com/Somaliland\\_in\\_figures\\_2004.pdf](http://www.somalilandlaw.com/Somaliland_in_figures_2004.pdf).

o mundo, sendo vítimas de uma invisibilidade total. O sistema heteropatriarcal, que apenas dá valor a atividades em grande escala ocorridas em espaço público e consideradas produtivas, despreza e esquece todas as outras atividades, que são as que realmente sustentam o sistema. Se todo esse trabalho histórico das mulheres fosse valorizado, a calculadora capitalista ficaria em pedaços. Por estas razões, para repensar e reconstruir o sistema alimentar, a nutrição ou os mercados, será necessário garantir os direitos das mulheres, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos.<sup>17</sup> Esta reivindicação é um dos obstáculos mais fortes com os quais se depara todos os dias quem participa em fóruns como o Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA) das Nações Unidas, dado que há Estados que não consideram as mulheres como uma questão prioritária e, em alguns casos, nem sequer como sujeitos com direitos próprios. O que podemos dizer é que, para o agronegócio, as mulheres são de facto uma prioridade, dado que são vistas como um nicho de mercado muito importante. Dos substitutos do leite materno aos programas de nutrição para raparigas ou mulheres em idade fértil, vemos como as transnacionais ampliam a sua oferta de produtos que apenas contribuem para aprofundar as causas da desnutrição e a objetificação das mulheres como meras incubadoras ou úteros ambulantes. Não será possível construir alternativas reais e transformadoras se as mulheres não forem consideradas sujeitos de pleno direito e se não trabalharmos para a sua autonomia e para uma verdadeira equidade. Assim como se introduzem a economia ecológica ou ambiental nas novas alternativas, também a economia feminista é fundamental para a construção de outros mundos mais justos.

## DIREITOS HUMANOS DE BAIXO PARA CIMA

Perante este panorama, fica evidente a necessidade de reforçar diariamente a articulação das redes da sociedade civil que, sob a perspetiva da soberania alimentar e com a agroecologia como ferramenta, procuram preservar a agricultura camponesa e os sistemas alimentares que têm realmente a capacidade de alimentar e arrefecer o planeta. Os movimentos sociais já perceberam há muitos anos que, independentemente do setor que priorizem, se devem organizar de forma conjunta<sup>18</sup> para denunciar o mundo injusto em que vivemos e construir outros mundos possíveis. Como observado no início, esta crise dificilmente se resolverá com o otimismo tecnológico que nos trouxe até ela: será necessário desconstruir e reconstruir o sistema alimentar no seu todo, com a consequente reformulação do modelo social. Neste caminho, o quadro dos direitos humanos deve ser a base de uma narrativa própria centrada nas necessidades dos povos e do planeta, e não nas ambições de empresas cujo único objetivo é o seu próprio enriquecimento.

### PERSPETIVA 4.1 O movimento das cooperativas do leite na Somalilândia: as comunidades pastoras resgatam a soberania alimentar Fred Wesonga e Haileselassie Ghebremariam<sup>19</sup>

Na Somalilândia, situada no árido Corno de África, o gado é a base da economia e a principal fonte de subsistência da população do país, de quatro milhões de habitantes.<sup>20</sup> Estima-se que a população de gado no país seja de 10 milhões de cabras, 5 milhões de ovelhas, 5 milhões de camelos e 2,5 milhões de bovinos.<sup>21</sup> Considerando que até 60% da população depende de leite e laticínios para a segurança alimentar e rendimentos da família, o setor do leite desempenha um papel fundamental no

sistema alimentar. As mulheres são as principais responsáveis pelas vendas a retalho (venda ambulante e em lojas/mercados), enquanto os homens ajudam na recolha e no transporte. Consome-se leite, em média, duas vezes por dia, representando cerca de 60% da ingestão calórica diária total das populações rurais e urbanas.<sup>22</sup>

### AS COOPERATIVAS ORGANIZAM-SE PARA GARANTIR UMA SEGURANÇA ALIMENTAR GENUÍNA

Um estudo sobre o mercado do leite realizado na Somalilândia em 2016 indica que, embora o sistema comercial seja predominantemente informal, o movimento das cooperativas está a ganhar força.<sup>23</sup> O estudo também mostra que a população prefere leite fresco, produzido localmente, a leite importado.<sup>24</sup> Apesar das campanhas organizadas por várias empresas transnacionais (ETNs) instaladas na região para promover o consumo do leite embalado e pasteurizado do setor formal, o leite cru continua a ser popular. É mais barato, tem um maior teor de gordura, é amplamente acessível e está disponível em quantidades variáveis, adequando-se ao poder de compra de cada pessoa. Além disso, a comida é fundamental para a identidade: as pessoas preferem alimentos locais da sua própria cultura, se a qualidade for boa e se estiverem adaptados aos seus ritmos diários.

Atualmente, a Somalilândia conta com cinco cooperativas de leite registadas no governo.<sup>25</sup> O número de membros tem crescido, e as mulheres, cada vez mais, exercem funções de destaque na administração das cooperativas. Beneficiam de registo legal, comunicação sobre a saúde animal, vínculos entre participantes da cadeia de valor do leite e organizações internacionais e segurança nos mercados. Além disso, as cooperativas apoiam os modelos de pastoreio tradicionais como o citado acima, bem como com a disponibilização de latas de leite e métodos de higiene e saneamento.

Neste contexto, o crescente movimento das cooperativas serve como uma plataforma que permite que as mulheres pastoras, que utilizam o modelo tradicional de pastoreio, sensibilizem as comunidades para os benefícios do consumo de leite cru e expliquem que este pode ser fonte de ganhos económicos para as famílias. Conhecido como *hagbed*, este sistema baseia-se numa cultura e valores comuns e na confiança mútua. As mulheres e homens produtores organizam-se em grupos de 10 a 15 membros com o objetivo de reduzir os custos operacionais. Cada participante contribui para dar resposta aos pedidos diários da clientela. O leite é vendido em nome de um membro, que fica com o dinheiro. No dia seguinte, esta pessoa oferece o seu leite a outra produtora ou produtor, e assim por diante, até que todos os participantes tenham tido a oportunidade de vender. Além disso, em épocas de variação na oferta, o leite pode ser obtido noutras cooperativas. O sistema garante à população uma oferta regular de leite, além de oferecer às produtoras e produtores igualdade de acesso à clientela e proteção dos seus rendimentos. Com isto, criam-se fortes laços sociais e económicos entre os membros, que, juntos, conseguem proteger o seu comércio e fazer frente aos diversos desafios que ameaçam a segurança dos alimentos, como a natureza altamente perecível do leite, as práticas de manipulação e a necessidade de armazenamento em instalações refrigeradas.<sup>26</sup>

Este sistema de comercialização “informal” promove uma segurança alimentar genuína e deve, portanto, ser apoiado por políticas e normas adequadas que assegurem a qualidade do leite, bem como investimentos em infraestrutura e instalações para melhorar a comercialização e a transformação do leite. Isto pode ser

22 Mosele, Luciano e Abdi Osman H.A. *Sustainable Peri-Urban Milk Value Chain Development in Somaliland 2015–2016*. International Centre of Insect Physiology and Ecology (ICIPE). Disponível em: [bit.ly/2lXUwEX](http://bit.ly/2lXUwEX).

23 Wesonga, *supra* nota 20.

24 *Ibid.*

25 *Ibid.*

26 *Ibid.*

alcançado através da defesa de políticas e serviços que reconheçam e favoreçam este comércio “invisível”.

### COM OS OLHOS NO FUTURO: COMO SUSTENTAR A CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

Os movimentos de cooperativas devem ser sustentados, dado o papel que desempenham na promoção da soberania alimentar das populações. Servem como um mecanismo que permite a participação política das pessoas, influenciando assim o governo a formular políticas essenciais para o desenvolvimento da produção e do comércio do leite. Além disso, as cooperativas ajudam a proteger o país da posição dominante das ETNs, que muitas vezes operam sistemas prejudiciais para o desenvolvimento da economia local. A cadeia de comercialização do leite é eficiente e sustentável, apesar da crença popular de que apenas as ETNs podem oferecer um sistema fiável no setor do leite.

Atualmente, o país está a abrir a sua economia a investimentos privados, o que leva à inevitável entrada de ETNs. Estas, por sua vez, ameaçam o comércio local, contribuindo para a insegurança alimentar e a marginalização das mulheres, que são a espinha dorsal da cadeia de abastecimento. Para proteger os métodos existentes de produção de leite e os seus impactos positivos no bem-estar e direitos das pessoas, apelamos ao governo nacional e às autoridades locais para que apliquem as seguintes medidas:

- Defender os movimentos de cooperativas, que podem apoiar o governo na formulação de políticas para proteger os direitos da população de produzir, comercializar e consumir produtos locais;
- Fortalecer o papel das cooperativas, que garantem o acesso ao crédito e promovem uma cultura de poupança, como proteção contra as perdas em épocas de dificuldades comerciais; e
- Criar seguros privados que ofereçam capital a comerciantes de leite que percam os seus investimentos devido à deterioração ou à seca, para que possam continuar a comercializar os seus produtos.

Estas reivindicações estão de acordo com as recomendações políticas sobre mercados e produção de pequena escala adotadas pelo Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA) das Nações Unidas na sua 43<sup>a</sup> sessão plenária, em outubro de 2016. Graças ao intenso trabalho de defesa desta causa por parte de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, o CSA reconheceu que os mercados nacionais inseridos nos sistemas alimentares territoriais são muito mais benéficos para a segurança alimentar, para os meios de subsistência das agricultoras e agricultores de pequena escala e para as economias rurais do que as cadeias de valor formais. Instamos os Estados a que reconheçam, apoiem e defendam as produtoras e produtores de pequena escala através de políticas e investimentos adequados.<sup>27</sup> De facto, mais de 80% das agricultoras e agricultores de pequena escala de todo o mundo operam em mercados territoriais – e canalizam cerca de 70% dos alimentos consumidos no planeta.<sup>28</sup>

27 Mecanismo da Sociedade Civil. “Vinculación de los productores a pequeña escala con los mercados: una guía analítica”. 2016. Disponível em: [www.csm4cfs.org/es/connecting-smallholders-markets-analytical-guide/](http://www.csm4cfs.org/es/connecting-smallholders-markets-analytical-guide/).

28 Goita, Mamadou, Nora Mckeeon e Nadjirou Sall. “Mercados populares ou sistemas de abastecimento empresariais? Negociações no Comité de Segurança Alimentar Mundial.” *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2016): 42. Disponível em: [www.righttofoodandnutrition.org/sites/www.righttofoodandnutrition.org/files/R\\_t\\_F\\_a\\_N\\_Watch\\_2016\\_PORT\\_WEB.pdf#page=42](http://www.righttofoodandnutrition.org/sites/www.righttofoodandnutrition.org/files/R_t_F_a_N_Watch_2016_PORT_WEB.pdf#page=42).